

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna “Receitas Realizadas” apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R\$ 2.948.473,17. A pormenorização das deduções da receita é a seguinte:

- Deduções de receita por renúncia (art. 14 da LC nº 101/2000)	R\$	655.608,74
- Deduções de receita por restituições	R\$	17.162,80
- Deduções de receita por descontos concedidos	R\$	40.137,44
- Deduções de receita para formação do Fundeb	R\$	2.235.270,87
- Deduções de receita por retificações	R\$	293,32
Total das Deduções da Receita Orçamentária	R\$	2.948.473,17

Nota 4 - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social e aos órgãos da Administração Indireta, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$	720.000,00
Repasses concedidos ao RPPS	R\$	0,00
Total dos repasses concedidos	R\$	720.000,00

Nota 5 - Utilização do Superávit Financeiro: o quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2019 como fonte de abertura para créditos adicionais. O total utilizado (R\$ 297.049,05) contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada:

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro apurado em 31/12/2018	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de crédito adicionais
1006 – PDDE	742,36	742,36
1059 – SALÁRIO EDUCAÇÃO QSE	7.891,13	5.000,00
1066 – PROGRAMA SOCIAL BASICO – PAIF	21.651,40	21.651,40
1081 – IGD BOLSA FAMILIA	31.966,78	31.966,78
1094 – PRODESA	76,01	31,58
1109 – FNAS IGD SUAS	12.675,45	12.867,09
1103 – REC ALIENAÇÃO DE BENS DO MDE	46.004,90	46.004,90
1114 – CONSULTA POPULAR	5.725,46	400,08
1121 – ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS REC NÃO VINCULADO	2.352,65	2.352,65

1127 – REC. AFM RESOLUÇÃO FNDE Nº 11/2018	36.527,68	36.527,68
4002 – ALIENAÇÃO DE BENS ADQ. COM RECURSOS DA SAÚDE	30.649,81	30.649,81
4011 – ATENÇÃO BÁSICA – PIES	23.292,70	22.982,00
4160 – PIM – PRIMEIRA INFANCIA MELHOR	262,71	262,71
4500 – CUSTEIO – ATENÇÃO BÁSICA	64.294,65	0,00
4503 – CUSTEIO – ASSISTENCIA FARMACEUTICA	5.287,12	4.410,68
4506 – INVESTIMENTO – ATENÇÃO ESPECIALIZADA	1.949,33	1.949,33
4931 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MAT. PERMANENTE	18.455,95	0,00
4936 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	79.250,00
TOTAIS	309.806,09	297.049,05

Nota 6 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2019, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Nota 1 - Receitas Orçamentárias: são apresentadas com exclusão das operações intraorçamentárias (já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário) e líquidas das deduções ocorridas. O detalhamento das deduções da receita orçamentária **do exercício de 2019** é apresentado no quadro a seguir:

Natureza da Dedução de Receita	Exercício Atual
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	698.565,45
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE TAXAS	317,35
9.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00 - (R) DEDUCOES DA RECEITA DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS	2,01
9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – FPM	1.607.426,26
9.1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB – ITR	1.407,30
9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – ICMS	535.681,69
9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB – IPVA	82.810,60
9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI	7.945,02
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA COTA PARTE ICMS	324,46
9.2.9.9.0.00.1.1.02.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA POR RESTITUIÇÃO DEPÓSITOS BANCÁRIOS	938,19
9.2.4.1.8.12.1.1.00.00.00 - (R) DEDUÇÃO DA RECEITA POR RESTITUIÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.054,84
Total das Deduções da Receita Orçamentária	2.948.473,17

Nota 2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. Cabe observar que, de acordo com o disposto na Resolução nº 1.089/2018, do Tribunal de Contas do Estado e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 04/2018, daquela Corte de Contas, os gastos constitucionais do Município com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino representaram, em 2019, 25,18% da receita resultante de impostos e transferências.

O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas **no exercício de 2019:**

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 - MDE	1.159.604,37	1.184.413,45
0031 – Fundeb	1.002.376,27	1.002.429,42
1059 - Salário Educação	72.210,64	79.741,03
1007 - FNDE PNAE	26.379,57	22.942,82
1048 - FNDE PNATE	27.204,98	27.160,80
1006 - FNDE PDDE	1.808,40	2.483,63
1011 - Estado RS – Tranf. p/ Transporte Escolar	350.169,15	325.203,06
1075 – FNDE	0,00	0,00
1112 - FNDE Apoio as Creches	0,92	0,00
1127 - AFM resolução FNDE nº 11/2018	492,24	37.019,92
1103 - Alienação de bens MDE	2.630,80	48.185,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	2.642.877,34	2.729.579,13

Nota 3 - Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde os quais representaram 21,45% da receita resultante de impostos e transferências, conforme a metodologia de cálculo do TCE/RS. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0040 – ASPS	2.037.245,68	2.917.759,31
4001 - Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	9.531,99	9.531,99
4002 - Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	2.747,78	32.850,00
4011 - Atenção Básica - PIES / Núcleo de Apoio à Atenção Básica - NAAB / Oficinas Terapêuticas / Redução de Danos / Rede Cegonha - exames pré-natais / Tele Diagnóstico em Doenças Respiratórias Crônicas / Fortalecimento da Promoção e Prevenção à Saúde / Verão numa Boa	90.756,29	107.510,03
4050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	31.461,24	35.111,43
4080 – PACS Estadual	0,10	0,00
4090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	63.578,99	53.956,74
4160 – PIM Primeira Infância Melhor	15.793,20	11.103,43
4230 – Apoio a Rede Hospitalar	2.565,29	4.755,96
4936 – Aquisição de Veículos	0,00	79.250,00
4500 – Atenção Básica	570.991,72	475.817,94
4501 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	248,97	0,00
4502 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	36.462,29	10.609,88
4503 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	15.658,83	19.362,62
4504 - GESTÃO DO SUS	0,00	0,00
4505 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	99.036,50	5.260,91
4506 – INVESTIMENTO – ATENÇÃO ESPECIALIZADA	816,32	1.900,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Saúde	2.976.895,19	3.764.780,24

Nota 4 - Recursos Destinados à Assistência Social: os valores informados nessas linhas referem-se à execução de receitas e despesas vinculadas à assistência social, nos termos dos arts. 194, 203 e 204 da Constituição da República e de mais leis que regulam o SUAS.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1066 - FNAS - Bloco de Proteção Social Básica	72.179,85	50.998,82
1109 - FNAS - Bloco de Gestão do SUAS	3.660,13	12.589,13
1081 - FNAS - Bloco de Gestão do Bolsa Família	17.800,84	29.100,25
1072 - FEAS Fundo Estadual de Assistência Social	6.257,81	1.380,60
1100 - REC MINISTERIO DESEN. SOCIAL MDS	87.132,55	87.002,00
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Assistência Social	187.031,18	181.070,80

Nota 5 - Outras Destinações de Recursos: os valores informados nessa linha se referem às receitas e despesas orçamentárias das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
1052 - CIDE Combustíveis	7.463,98	7.400,00
1121 - Alienação de Bens	344.314,80	218.400,00
1091 - Receita Ministério das Cidades	196.900,28	0,00
1094 - PRODESA	0,00	31,58
1105 - Receita Alienação de Bens Demais Secretarias	44.463,03	33.023,49
1114 - Consulta Popular 16/17	0,00	400,08
1132 – MINISTERIO DO TURISMO	122.334,99	54.742,57

1122 – REC SEC DESPORTO E LAZER	32.280,79	0,00
1128 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO FINISA	500.363,77	220.000,00
1129 – CONVENIO 895/2019	56.029,16	0,00
1130 – CESSÃO ONEROSA PRÉ-SAL LEI 13885/2019	420.250,83	0,00
Totais de Receitas e Despesas de Outras Destinações de Recursos	1.724.401,63	533.997,72

Nota 6 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação **ocorrida no exercício financeiro de 2019:**

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
5.3.1.7.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	
5.3.2.7.0.00.00 - RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	701.333,51	
6.3.1.4.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		335.081,47
6.3.2.2.0.00.00 – RP PROCESSADOS – PAGOS		738.219,30
1.1.3.5.0.00.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.557.641,01	1.336.165,75
Outros recebimentos extraorçamentários	1.683.889,02	
Outros pagamentos extraorçamentários		1.918.476,80
Total de recebimentos e pagamentos extraorçamentários	3.942.863,54	4.327.943,32

Nota 7 –Despesas Orçamentárias: são apresentados os valores empenhados, com exclusão das operações intraorçamentárias, já detalhadas em nota explicativa do Balanço Orçamentário. O detalhamento por fonte/destinação de recursos é explicitado nas Notas 2, 3, 4, 5 e 6.

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de São João do Polêsine pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, por 06 Secretarias Municipais, 03 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2019, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 1.932.491,80. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 226,06%.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por dívida ativa de curto prazo e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 91,69% do total de créditos. O restante, correspondente a 8,31% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o **ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa**, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desses dados, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas **redutoras do ativo**.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2019:

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	45.050,08	1.2.1.1.1.01 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	0,00
1.1.2.2.0.00 - CLIENTES	0,00	1.2.1.1.1.02 - CLIENTES	0,00
1.1.2.3.0.00 – CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	427.415,72	1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2.205,11
1.1.2.4.0.00 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	1.2.1.1.1.04 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	451.096,89
1.1.2.5.0.00 - DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	62.024,97	1.2.1.1.1.05 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	12.470,44
1.1.2.6.0.00 - DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	7.701,74	1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-405.983,16
1.1.2.9.0.00 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	
1.1.3.5.0.00 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	34.178,79		
1.1.3.8.0.00 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	83.671,94		
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	660.043,24	Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	59.789,28

Nota 5 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2019, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 167.542,49, sofrendo um acréscimo de 0,94% em relação ao ano de 2018.

Nota 6 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação positiva da ordem de R\$ 135.928,05 decorrente, em grande parte, da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**. O quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Município nos consórcios públicos:

Identificação do Consórcio	CNPJ do Consórcio	Saldo Patrimonial do Município	Resultado da Equivalência Patrimonial
CIRC - Centro	94.446.804/0001-62	18.136,95	+3.790,94
Condesus	01.509.149/0001-63	235.697,38	+132.137,11
Total		253.834,33	135.928,05

Nota 7 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no inventário geral. Em 2019, o Município passou a realizar o procedimento de depreciação do seu patrimônio, conforme termos do Decreto nº 1.733/2015. Em 2019 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 4.551.442,50, representando 28,32% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 593.660,02. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.179.618,08
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMÁTICA	298.997,62
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	536.567,13
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	40.169,57
1.2.3.1.1.05 – VEICULOS	2.872.482,43
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-376.392,33
Total de Bens Móveis	4.551.442,50

Nota 8 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, deu-se início aos procedimentos de inventário, avaliação / reavaliação, depreciação e quando cabível, a amortização ou exaustão dos bens imóveis. Ainda, cumpre relatar que, através da Comissão criada pela Portaria nº 109/2013, determinou-se o encaminhamento à Contadoria, a relação dos imóveis de propriedade do Município. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 71,68% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior verifica-se um acréscimo de 8,42%.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	7.471.821,87
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	319.965,72
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	1.231.570,01
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	2.383.687,86
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMOVEIS	260.141,14
1.2.3.8.1.02 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	-146.821,96
Total de Bens Imóveis	11.520.364,64

Nota 9 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	3.612,13	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	696,20	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	87.684,86	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00
Total a Curto Prazo	91.993,19	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 10 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2019, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados no curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 683.051,42. Em relação ao ano anterior apresentou uma variação positiva de 90,74%. Em relação aos contratos com encargos financeiros prefixados, de acordo com o MCASP, passou-se a apropriar em contas retificadoras, os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término dos respectivos contratos. A tabela abaixo demonstra analiticamente, os valores a curto e a longo prazo e as respectivas contas retificadoras de encargos a apropriar:

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	Saldo	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Saldo
2.1.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	2.2.2.1.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.2.0.00 - EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	179.048,22	2.2.2.3.0.00 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	500.000,00
2.1.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.4.0.00 - FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	7.884,90	2.2.2.5.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00
2.1.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO	0,00	2.2.2.6.0.00 - JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	0,00
2.1.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	3.881,70	2.2.2.8.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - INTERNO	0,00
2.1.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00	2.2.2.9.0.00 - (-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR - EXTERNO	0,00
Total a Curto Prazo	183.051,42	Total a Longo Prazo	500.000,00

Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreende também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 712.522,10, representando um aumento de 9,97% em relação ao ano anterior. Já os valores contabilizados no longo prazo somaram R\$ 79.138,33 e refere-se ao processo nº 096/1.02.0001607-0 GENTIL BISSACOTTI E SUCESSÃO DE ASSUNTA ANA VIZZOTTO BISSACOTTI.

Nota 12 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. Os valores registrados no curto prazo totalizaram R\$ 6.779,48, com diminuição de 23,17% em relação ao ano anterior.

Nota 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: esse grupo está composto unicamente pela conta 2.1.8.8.0.00 – Valores restituíveis, e sofreu um acréscimo de 16,04% em relação ao exercício anterior.

Nota 14 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida fluante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2019 totalizou em R\$ 814.032,39, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Na tabela a seguir, pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2019 apresentou um decréscimo de R\$ 446.338,78, representando uma diminuição de 35,41% em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. O estoque de restos a pagar em 31/12/2019 somou R\$ 772.481,90, sendo que, deste total, R\$ 136.175,98, ou seja, 17,62% foram inscritos sem a necessária disponibilidade financeira para a sua cobertura. Esse valor representa uma redução de 50,88% nos empenhos de restos inscritos com insuficiência financeira se comparado ao ano 2018.

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	738.836,06	15.226.104,67	15.218.331,36	746.609,37
Restos a Pagar Não Processados	485.729,94	0,00	459.857,41	25.872,53
Serviço da Dívida a Pagar				
Consignações	35.805,17	3.945.612,19	3.939.866,87	41.550,49
Totais	1.260.371,17	19.171.716,86	19.618.055,64	814.032,39

Nota 15 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de R\$ 2.209.240,69 em seu saldo patrimonial, correspondendo um acréscimo de 14,41% em relação ao ano de 2018.

Nota 16 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo credor de R\$ 7.023.532,47 resultante principalmente dos lançamentos listados abaixo:

a) foi registrado a crédito nesta rubrica o valor de R\$ 911.932,65, tendo como contrapartida a conta (5661 – OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS – TERRENOS). O ajuste é relativo ao registro de 11 bens imóveis ao sistema de controle patrimonial, não reconhecido no setor de patrimônio em exercícios anteriores;

b) também foi registrado a crédito o montante de R\$ 6.146.810,67, contra a conta contábil (4324-BENS IMÓVEIS A ALIENAR), que se refere regularização de 188 imóveis (terreno e casa de alvenaria) da Nova vila São Lucas, conforme Lei Municipal nº 913/2019.

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. As incorporações de ativos tiveram aumento de R\$ 117.944,88 em relação ao ano anterior, e foram impactadas, principalmente por fatores como reavaliação de imobilizado e ganhos com alienação de imobilizado.

Item / Subitem	Valor R\$
4.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	64.178,99
4.6.2.2.0.00 - GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	54.536,26
4.6.3.9.0.00 - OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.500,00
4.6.4.0.0.00 - GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	259,53
Total das valorizações e ganhos com ativos e desincorporações de passivos	120.474,78

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, restituição de plano de assistência medica servidores. Em 2019, os registros nesse item somaram R\$ 226.000,03, representando um aumento de 403,84% em relação ano anterior, onde se destacam os acréscimos relacionados ao ganho por equivalência patrimonial na participação em consórcios públicos.

Item / Subitem	Valor R\$
4.9.1.0.1.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00
4.9.2.1.0.00 - RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	135.928,05
4.9.7.2.0.00 - REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	2.555,63
4.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES -	66.761,19
4.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	20.755,16
Total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	226.000,03

Nota 3 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros da reavaliação do ativo imobilizado somaram R\$ 87.220,61, apresentando uma variação positiva de 347,25% em relação ano anterior. A desincorporação de ativos totalizou em 2019 R\$ 5.873.243,05. Desse total, 99,62% refere-se à regularização de 188 imóveis (terreno e casa de alvenaria) da Nova vila São Lucas, que foram doados aos beneficiários conforme Lei Municipal nº 913/2019.

Item / Subitem	Valor R\$
3.6.1.1.0.00 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	4.073,06
3.6.1.5.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	6.007,89
3.6.1.6.0.00 - REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS	
3.6.1.7.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS	77.139,66
3.6.1.8.0.00 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	
3.6.5.0.1.00 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	5.873.243,05
Total das desvalorizações e perdas de ativos e incorporações de passivos	5.960.463,66

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dividendos. Em 2019, os registros nesse item somaram R\$ 153.849,36, representando um aumento de 210,17% em relação ao ano anterior.

Item / Subitem	Valor R\$
3.9.1.0.0.00 – PREMIAÇÕES	5.362,20
3.9.2.1.0.00 - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	38.679,56
3.9.9.6.0.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.712,34
3.9.9.9.0.00 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	70.095,26
Total das outras variações patrimoniais diminutivas	153.849,36

Nota 5 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi negativo de R\$ 4.814.291,78.

Nota 6 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e a destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
SALDO NÃO APLICADO 2018	80.169,15
Alienação de Bens Móveis	48.508,02
Alienação de Bens Imóveis	334.953,70
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	10.694,69
TOTAL DAS ORIGENS	474.325,56
DESPESAS DE CAPITAL	235.198,49
Investimentos	235.198,49
Inversões Financeiras	
Amortização da Dívida	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	
Regime Geral de Previdência Social	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALENAÇÃO DE ATIVOS	235.198,49
SALDO NÃO APLICADO	239.127,07

Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		14.642.628,15	13.223.580,02
Receitas derivadas e originárias	1FC	1.853.474,71	1.518.633,98
Transferências correntes e recebidas	2FC	12.708.471,33	11.593.202,91
Outros ingressos operacionais		80.682,11	111.743,13
Desembolsos		13.746.161,39	12.897.126,35
Pessoal e demais despesas	3FC	11.512.225,71	10.587.699,65
Juros e encargos da dívida	4FC	32.543,77	46.827,62
Transferências concedidas	2FC	777.809,55	883.910,84
Outros desembolsos operacionais		1.423.582,36	1.378.688,24
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		896.466,76	326.453,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		353.011,84	0,00
Alienação de bens		353.011,84	0,00
Desembolsos		1.084.273,90	558.073,00
Aquisição de ativo não circulante		991.006,21	537.164,17
Outros desembolsos de investimentos		93.267,69	20.908,83
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		(731.262,06)	(558.073,00)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		1.091.503,75	398.047,08
Operações de crédito		500.000,00	0,00
Transferências de capital recebidos		591.503,75	398.047,08
Desembolsos		179.048,20	179.048,16
Outros desembolsos de financiamentos		179.048,20	179.048,16
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (III)		912.455,55	218.998,92
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		1.077.660,25	(12.620,41)
Caixa e Equivalente de caixa inicial		854.831,55	867.451,96
Caixa e Equivalente de caixa final		1.932.491,80	854.831,55

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária	1.535.096,42	1.302.494,53
Receita de Contribuições	82.839,75	86.752,66
Receita Patrimonial	740,00	0,00
Receita de Serviços	139.561,86	91.420,04
Remuneração das Disponibilidades	14.727,87	14.829,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias	80.508,81	23.137,41
Total das Receitas Derivadas e Originárias	1.853.474,71	1.518.633,98

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	11.587.813,21	10.526.170,19
da União	8.515.261,07	7.560.303,69
de Estados e Distrito Federal	3.072.552,14	2.965.866,50

Intragovernamentais	90.848,09	147.902,43
Outras transferências correntes recebidas	1.029.810,03	919.130,29
Total das transferências recebidas	12.708.471,33	11.593.202,91
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intragovernamentais	33.981,46	20.917,27
de Estados e Distrito Federal	33.981,46	20.917,27
Intragovernamentais	740.848,09	862.993,57
Outras transferências concedidas	2.980,00	0,00
Total das transferências concedidas	777.809,55	883.910,84

QUADRO 3FC - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Administração	2.480.468,08	2.130.495,71
Segurança Pública	20.916,58	12.107,50
Assistência Social	378.036,65	395.514,33
Previdência Social	337.831,63	292.003,90
Saúde	3.285.818,81	3.172.608,32
Educação	2.337.065,26	2.066.771,58
Cultura	174.707,69	165.369,55
Urbanismo	997.059,96	841.865,90
Habitação	13.634,46	4.319,00
Saneamento	6.197,45	56.607,80
Gestão Ambiental	7.013,87	3.132,86
Agricultura	345.348,35	284.030,76
Comércio e Serviços	26.276,53	30.692,79
Comunicações	124,81	1.644,31
Transporte	981.844,10	1.031.638,52
Desporto e Lazer	89.619,37	68.970,18
Encargos Especiais	30.262,11	29.926,64
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	11.512.225,71	10.587.699,65

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	32.543,77	46.827,62
Total dos Juros e Encargos da Dívida	32.543,77	46.827,62

Nota 1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

Nota 2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas. Já os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas. Nesse contexto verifica-se que as atividades operacionais geraram um fluxo positivo de R\$ 896.466,76, contribuindo em 49,55% para a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. O detalhamento das receitas originárias e derivadas, das transferências recebidas e concedidas e dos desembolsos de

pessoal e demais despesas por função, constam em quadros anexos à DFC, elaborados conforme a 8ª edição do MCASP.

Nota 3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos. No exercício de 2019, os ingressos e desembolsos das atividades de investimento geraram um fluxo negativo de R\$ 731.262,06, prejudicando em 40,42% para a geração líquida de caixa.

Nota 4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida, bem como as receitas obtidas a partir da integralização do capital social de empresas dependentes. Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida. O resultado desse fluxo foi positivo de R\$ 912.455,55, o que contribuiu para um aumento dos níveis de endividamento do Município. Em resumo, o resultado desse fluxo representou 50,44% da geração líquida de caixa do período.

Nota 5 – Outros Ingressos e Outros Desembolsos: os valores apresentados contemplam recebimentos e pagamentos que não transitam pelo orçamento, mas que afetaram o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como as receitas e despesas extraorçamentárias, ajustes de exercícios anteriores no caixa e equivalente de caixa, perdas involuntárias e rendimentos negativos das aplicações financeiras do RPPS.